

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**TODO APOIO À LUTA PELA
LIBERTAÇÃO DA PALESTINA**

PG.2

PG.4

**GOVERNO LULA E ATENÇÃO
PRIMÁRIA À SAÚDE**

**A INSEGURANÇA NOSSA
DE CADA DIA**

PG.6

PG.9

**RESENHA - CHE GUEVARA E A LUTA
REVOLUCIONÁRIA NA BOLÍVIA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL E
CONJUNTURA**

PG.11

PG.14

**LEVANTES EM
ÁFRICA**

**BRUCE-LEE NAS TELAS E
CORAÇÕES DA BAHIA**

PG.16

PG.18

**FEIRAS LITERÁRIAS
NA BAHIA**

**MEMÓRIA: NEIDE
DOS SANTOS**

PG.20

TODO APOIO À LUTA PELA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA



Foto: Agência Brasil

Nota Política do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Os conflitos que ocorrem nesse momento em Israel fazem parte da resistência do povo palestino contra a ocupação de todo o seu território pelas forças israelenses, em especial o bloqueio à Faixa de Gaza, que já dura mais de 16 anos. Trata-se de uma luta constante frente aos contínuos crimes cometidos pelo Estado de Israel na Cisjordânia contra civis palestinos, crianças, mulheres e idosos, com demolição das casas, confisco de terras, derrubada de árvores, restrição ao acesso de cidadãos às suas moradias, ataque e desapropriação de aldeias e cidades, bem como prisões arbitrárias e outros atentados contra a população palestina. Além disso, há cerca de 5.000 prisioneiros palestinos em prisões sionistas, submetidos a torturas, métodos opressivos e penas abusivas.

Esse conflito se estende desde a criação do Estado de Israel e vem assumindo proporções de barbárie com o cerco à Faixa de Gaza, talvez o maior campo de concentração a céu aberto do mundo, com todo tipo de atrocidade e desrespeito aos direitos básicos de existência. Desde a década de 1970, a Assembleia Geral da ONU afirma a legitimidade da luta dos povos pela independência, integridade territorial, unidade nacional e libertação da dominação colonial e estrangeira e da ocupação estrangeira (resolução 37/43 e 45/130) e isso inclui o direito à resistência e

autodefesa dos palestinos.

A reação palestina aos ataques e aos abusos do governo sionista de Israel se dão em consequência dos crimes de guerra cometidos pelo Estado israelense contra o povo palestino, os quais podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

1- Violação dos direitos do povo palestino, usando política de agressões diárias contra palestinos e palestinas de todas as idades, que sofreram Nakba ("catástrofe", quando 750 mil palestinos fugiram para países vizinhos ou foram expulsos pelas tropas israelenses) em 1948 e a crescente ocupação de suas terras por Israel desde 1967.

2- Negação ao direito de retorno do povo palestino, violando as resoluções da ONU.

3- Confisco das terras visando construir mais assentamentos e unidades habitacionais para os colonos israelenses, que praticam diariamente agressões contra os palestinos.

4- Mais de 5 mil prisioneiros políticos palestinos em cárceres israelenses, em

condições precárias.

5- Bloqueio de Faixa de Gaza há mais de 16 anos, impondo à população local restrições desumanas.

6- A prática de apartheid contra os palestinos.

Nas últimas semanas, a escalada anti palestinos do atual governo de extrema-direita israelense e de seus apoiadores se acirrou. Os colonos dos assentamentos israelenses ilegais no território palestino têm promovido verdadeiros pogroms (massacres) contra as cidades e aldeias da Cisjordânia ocupada, com a cumplicidade ativa do exército de ocupação israelense. Nesta semana, judeus ultraortodoxos da direita religiosa promoveram atividades de ritos judaicos em plena Esplanada das Mesquitas, numa evidente provocação. A virulência com que explode o conflito hoje é a resposta palestina à mais esta escalada de provocações e humilhações.

É fundamental compreender que a resistência palestina é também parte de um processo de luta contra o imperialismo

e o papel que o Estado de Israel assume, na condição de gendarme em favor da política imperialista na região, bem como uma postura contrária ao avanço e patrocínio das políticas reacionárias que alimentam a máquina de opressão do governo israelense.

O PCB manifesta publicamente sua plena solidariedade à luta do povo palestino contra a usurpação do seu território e todo apoio à resistência contra o Estado terrorista de Israel, que, por meio do governo sionista, impõe o apartheid social e submete a população palestina às mais desumanas condições de vida. Conclamamos todas as organizações revolucionárias, progressistas e democráticas a manifestarem solidariedade militante ao povo palestino, com atos públicos e uma campanha que se some às manifestações internacionais em defesa da libertação do povo e das terras palestinas do jugo do Estado de Israel.

Brasil, 07 de outubro de 2023.

Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição*

Comitê Central do PCB, Gonçalo Alves, Luiza de Toledo Marques Peccine, Elza Peixoto, Giovanni Damico e João Pedro Oliveira

Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Bernardo Ramos, Guilherme Corona, Milton Pinheiro e Rômulo Caires

Editor

Rômulo Caires

Diagramação e Capa

Guilherme Corona

Revisor responsável

Bernardo Ramos

* Os textos dos colaboradores não refletem necessariamente a opinião do Conselho Editorial e são de inteira responsabilidade desses.

contato@omomento.org | www.omomento.org

GOVERNO LULA E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: SOBRE A CONTINUIDADE DO PREVINE BRASIL



Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil

Por Rômulo Caires

Pouca atenção se tem dado à política do governo Lula em relação à Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil. A saída de cena do ministério bolsonarista, que causou tantos estragos durante a pandemia de covid-19, trouxe a falsa sensação de que haveria mudanças significativas no horizonte. O retorno de programas como o Mais-Médicos foi alvo de ampla divulgação e publicidade pelo governo federal, mas pouco foi dito sobre a nova conjuntura em que tais medidas se inserem. O que dizer da continuidade do [Previne Brasil](#), política encabeçada pelo então ministro da saúde do governo Bolsonaro Luiz Henrique Mandetta? Ou ainda, como se justifica a manutenção da [ADAPS](#), agência criada para generalizar os processos de privatização da APS?

A tais perguntas, poderia nos responder, por exemplo, a atual gestão da Secretaria de Atenção Básica à Saúde. Porém, como pudemos conferir em falas recentes realizadas no [17º Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade](#), Nésio Fernandes, hoje secretário de APS e responsável pela direção desse setor no governo Lula, não parece preocupado em explicar o porquê da continuidade do processo de privatização e sucateamento da APS no Brasil. Seu discurso tem como tônus fundamental a visão messiânica da medicina, na qual o ônus e o bônus do sucesso do setor estariam nos ombros dos médicos brasileiros e estrangeiros convocados pelo Mais-Médicos ou contratados pela ADAPS.

Na mesa sobre saúde da população indígena promovida neste congresso, Nésio se questiona como é possível que médicos não aceitem os supersalários pagos pela ADAPS para trabalharem em zonas afastadas dos grandes centros. Seu exemplo é a situação cubana, em que médicos da APS atuam de segunda a segunda, inclusive aos domingos e feriados, nos locais onde for necessário. A queixa se dá ao nível exclusivamente moral: os médicos no Brasil não possuem compromisso com a saúde pública. Nada é dito sobre a ausência de direitos trabalhistas, condições mínimas de trabalho, processos de formação continuada, planos de carreira, etc. Pior ainda, o secretário parece confundir saúde e doença com presença ou ausência de médicos, passando ao largo das propostas de reforma sanitária que questionam a centralidade da medicina na organização do sistema de saúde.

Sabemos como o Previne Brasil modificou o financiamento da APS no Brasil, o que, na prática, acabou com os processos de territorialização operados pelas Unidades de Saúde da Família, assim como dentre outras coisas, encerrou a atuação multiprofissional e dificultou enormemente a contratação de agentes comunitários em saúde. [Em texto anterior](#), já evidenciamos os limites das políticas de financiamento que precedem o governo Bolsonaro, porém indicamos o conjunto das perdas potenciais a partir da proposta de Mandetta, principalmente a gravidade de instaurar uma entidade estatal de direito privado para gerir a

contratação de trabalhadores para o setor, o que significou uma radicalização dos mecanismos de privatização da saúde no Brasil.

Neste texto citado evidenciamos toda a influência de agências como o Banco Mundial na estruturação da Atenção Primária à Saúde no Brasil. Se diz que a APS é porta de entrada para os demais setores, frente decisiva de configuração das redes de prevenção e promoção a saúde, espaço de alta resolutividade no qual grande porcentagem dos problemas de saúde podem ser resolvidos. Na prática, porém, a APS no Brasil sempre funcionou como uma espécie de “receita para todas as estações”, na qual governos de direita não se diferenciam significativamente de governos supostamente de esquerda, pois em qualquer cenário verificado nas últimas décadas, o que se estabeleceu como tendência foi uma APS focalizada, subfinanciada e pouco resolutiva, dando origem a expressões como: “a APS no Brasil é saúde pobre para pessoas pobres”.

Ou seja, o sucateamento do setor primário não é obra conjuntural, mas responde a mecanismos mais gerais da relação da saúde com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Todavia, devemos desmascarar o suposto progressismo do atual governo. Se houvesse um autêntico interesse em transformar a APS num local robusto de operação das políticas de saúde pública, a proposta de financiamento ditada por Mandetta em 2019 deveria ser completamente revogada, assim como deveria ser extirpada a ADAPS e seus mecanismos privatizantes. Ao invés de uma APS focalizada, o governo Lula poderia avançar em investimentos maciços para contratação de trabalhadores via concursos públicos, investimentos na estruturação de uma rede pública de serviços diagnósticos, recuperação e estatização de empresas farmacêuticas, melhorias no saneamento básico, medidas para incrementar a soberania alimentar, políticas de moradia, fim das políticas genocidas em segurança pública, enfim medidas que avancem na compreensão da determinação social do processo saúde-doença.

Todavia, o governo Lula não consegue ocultar os interesses por trás de sua ampla política de conciliações de classe. Aprofundar nos mecanismos de privatização da APS e do SUS radicaliza os processos de acumulação de capital no setor saúde no país e agrada os amplos setores capitalistas na saúde. Continuar as propostas indicadas pelo Banco Mundial mantém o Brasil subordinado às políticas capital-imperialistas. Sobra ao secretário de APS, Nésio Fernandes, glorificar o papel

A INSEGURANÇA NOSSA DE CADA DIA



Foto: Wikimedia Commons

Por Gonçalo Alves

Não é de hoje que as notícias acerca do aumento da criminalidade na Bahia têm ocupado um espaço crescente tanto na imprensa burguesa local, quanto no noticiário nacional. Já não surpreende a recorrência - nos jornais, telejornais e sites de notícias - das narrativas sobre a escalada descontrolada da violência, principalmente nas cidades, sobre a atuação de "facções do crime" e infiltração das milícias no estado, além da criminalidade "varejista" nas ruas, locais de comércio e no sistema de transporte coletivo.

Enfatiza-se pouco, porém, os dados acerca do crescimento exponencial do encarceramento nos presídios baianos, o número impressionante de "suspeitos" mortos nas operações policiais, a elevação não menos relevante das denúncias de casos de agressões, arbitrariedades, intimidações e coerções praticados por agentes do estado.

Incomum é a preocupação em identificar, do ponto de vista social e racial, quem são os acusados da prática dos delitos: majoritariamente pessoas negras e periféricas, sem acesso a direitos sociais básicos de educação, moradia e emprego. Raramente são estabelecidas correlações entre o aumento dos índices criminais, as desigualdades sociais (concentração de riqueza e contração da massa

salarial) e o incremento dos níveis do desemprego.

A Bahia não está fora do Brasil. Os fatores que determinam a existência e a eventual expansão da chamada criminalidade comum neste estado são os mesmos que operam e determinam estes mesmos fenômenos no restante do Brasil.

Tanto lá quanto aqui, elementos estruturais do capitalismo brasileiro como a pobreza decorrente da superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras; a miséria resultante da enorme concentração da riqueza e da propriedade e a ausência de políticas sociais - consequência do comprometimento dos governos com os interesses das classes dirigentes, em detrimento dos trabalhadores - estabelecem as bases materiais para a violência, a insegurança e a criminalidade que grassam em nossa sociedade.

No estado da Bahia, estas mesmas condições têm se apresentado de forma peculiar. Sétimo estado mais rico do Brasil e detentor do maior PIB do nordeste, tem sua economia controlada por um pequeno número de grandes grupos econômicos tanto na cidade como no campo. Destacam-se no setor urbano as indústrias petroquímica, automobilística, de

papel e celulose e no setor rural, as atividades do agronegócio voltadas para a pecuária, algodão, sisal e produção de grãos. Todas estas atividades se caracterizam pela grande concentração de capital, pouca incorporação de força de trabalho, condições de trabalho precárias e baixos salários.

Porém, ainda mais significativas são as condições de desemprego e subemprego a que está submetida parcela muito expressiva da população baiana. Neste segundo semestre de 2023, a Bahia apresenta uma taxa de desemprego de 13,4 % da população economicamente ativa, a segunda maior do Brasil, atrás apenas de Pernambuco e mais de cinco pontos percentuais acima da média nacional, que é de 7,9%. Já na região metropolitana de Salvador, atinge 16,9%, a maior entre as capitais brasileiras.

Quanto ao subemprego, o IBGE registrou, no primeiro semestre de 2023, a existência de 3,16 milhões de trabalhadores informais no estado, representando 52,2% do número total de trabalhadores empregados. Com relação aos níveis salariais, o salário médio de um trabalhador baiano é de R\$ 2.002,00; abaixo da média salarial brasileira, que é de 2.924,00 no segundo semestre de 2023, o que coloca o estado na 12ª posição no ranking nacional. Constata-se, apenas por estes indicadores econômicos, que a superexploração, o desemprego e o subemprego na Bahia são mais elevados mesmo em relação aos índices brasileiros, que se destacam negativamente no ranking das maiores economias mundiais.

Se a situação geral da classe trabalhadora baiana chama a atenção por sua precariedade, o cenário se mostra ainda mais desfavorável quando se observa as condições vivenciadas por sua população afrodescendente. Segundo os dados do IBGE, o índice de subutilização (desemprego e subemprego) da força de trabalho negra baiana atingiu 40,2% no primeiro semestre de 2020. A baixa média salarial na Bahia, em comparação à nacional mencionada no parágrafo anterior, é ainda mais rebaixada quando se refere à população negra, particularmente seu segmento feminino: a dos trabalhadores brancos alcança R\$ 2.488,00, enquanto a das mulheres negras é de apenas R\$ 1.286,00. Superexplorado economicamente e vulnerabilizado socialmente, o povo preto da Bahia tem sido aquele mais profundamente atingido pelo aumento da violência e

da criminalidade no estado. De acordo com os dados da própria Secretaria Estadual de Saúde, entre 2012 e 2018, a taxa de homicídios por mil habitantes no estado foi 14,6 para a população branca e 45,9 para o contingente afro-baiano.

Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, a Bahia, em outubro de 2023, contou com 12.320 presidiários e um volume de superlotação de 964 presos. Além disto, há 1843 pessoas sob monitoramento e 1875 utilizando tornozeleiras eletrônicas. De acordo com alguns estudos, o perfil geral do presidiário baiano é de um jovem negro, com idade entre 18 e 24 anos, ensino fundamental incompleto, preso por tráfico de drogas e mantido em regime fechado. Observe-se que, conforme dados da própria Seap, a população carcerária da Bahia aumentou de 8.887 detentos, em 2010, para 15.632, em 2019, tendo conhecido um tímido recuo nos últimos três anos. Não obstante, a curva ascendente constatada nestes dados não deixa dúvida de que as autoridades baianas têm investido no encarceramento massivo em sua política de segurança pública. Mais uma vez, segundo dados da própria Seap, 80% dos presidiários baianos são negros, contra uma média nacional de 65%.

Além do que foi dito anteriormente, o aspecto mais deplorável e sombrio da política de (in) segurança pública posta em prática pelos governos baianos desde 2007, governos estes encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é a violência policial. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a Polícia da Bahia suplantou a do Rio de Janeiro, tornando-se aquela que mais mata no Brasil. No ano de 2022, 1.464 pessoas morreram em consequência das intervenções policiais no estado. Este número representa 22,7% das 6.430 vítimas das ações policiais em todo o Brasil. Ainda mais chocante é a revelação que, segundo dados da Rede e do Núcleo de Estudos da Violência da USP, das 299 pessoas mortas pela polícia em Salvador apenas uma não é negra, isto significa que uma pessoa negra é morta pela polícia a cada 24 horas, no estado da Bahia.

Não obstante a escalada da violência policial na Bahia, a situação da segurança pública segue de mal a pior. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Fogo Cruzado, entre julho de 2022 e junho de 2023, nas 13

idades que compõe a Grande Salvador, foram registrados 1545 tiroteios com 1422 pessoas atingidas e 1097 mortes. Em média, 39 pessoas são baleadas mensalmente durante as operações policiais. Das 20 cidades com maior índice de homicídios no país, 11 encontram-se na Bahia.

CONCLUSÃO

Governada há 16 anos por uma coalisão política encabeçada pelo PT, que inclui em seu seio desde dissidências do carlismo a grupos considerados “de esquerda”, a Bahia apresenta, no âmbito da segurança pública, um panorama dos mais desalentadores em um país que se notabiliza negativamente nesta área. Uma análise objetiva e radical, como a que se pretende aqui, ultrapassa as explicações e abordagens moralistas, subjetivas e culturalistas recorrentes. Subproduto de uma orientação econômica e social voltada para o aprofundamento da concentração de riquezas e reprodução do status quo social através da intensificação da exploração da força de trabalho e da disponibilização dos recursos públicos para os donos da propriedade e do capital, a situação da (in) segurança pública na Bahia expõe as opções dos governantes do estado. Descomprometidos com qualquer política de enfrentamento minimamente efetivo das agudas desigualdades econômicas, sociais e raciais na Boa Terra, resta aos “gestores” petistas aplicar as mesmas receitas usadas em outras partes do Brasil e do mundo para tratar problemas sociais: repressão, encarceramento e extermínio. Profissionais do embuste, mestres da prestidigitação política e social aguardam pelo dia em que, como todos os mentirosos e farsantes, constatarão a perda de efeito de seus encantamentos fraudulentos e se reunirão a outros de sua mesma estirpe no banco dos réus do tribunal da história.

RESENHA - CHE GUEVARA E A LUTA REVOLUCIONÁRIA NA BOLÍVIA

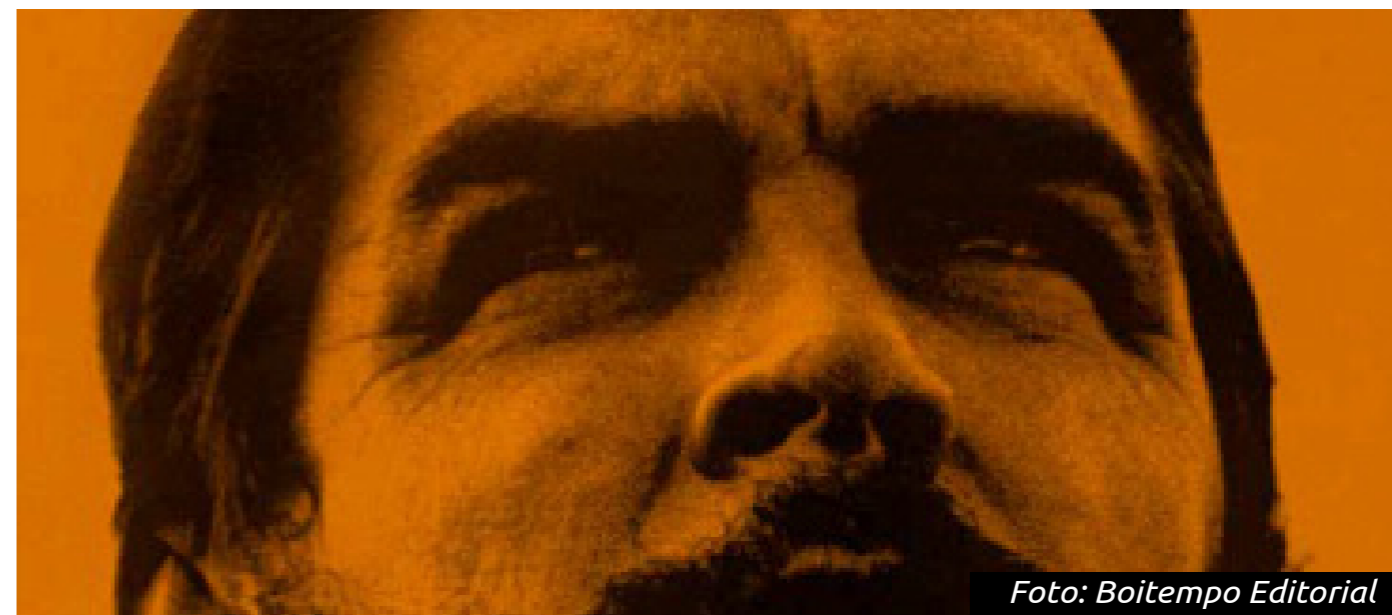


Foto: Boitempo Editorial

Por Luiza de Toledo Marques Peccin

Che Guevara e a Luta Revolucionária na Bolívia traz uma pesquisa profunda sobre os últimos momentos do guerrilheiro argentino em território boliviano, assim como também faz uma análise minuciosa de todo o contexto histórico e pessoal que envolve a decisão que levou Che a deixar Cuba e seguir em direção ao que seria seu último projeto revolucionário.

Escrita por Luiz Bernardo Pericás originalmente em 1997 e relançada em junho desse ano pela editora Boitempo – em edição revista e ampliada –, a obra é dividida em duas partes, nas quais o autor trata dos antecedentes, do contexto histórico, do planejamento e da atuação de Ernesto Che Guevara e seus companheiros no cenário boliviano.

Não espere um texto monótono: o livro é rico em detalhes e o leitor vai encontrar facilidade em se inserir nos locais descritos e nas situações vivenciadas pelo guerrilheiro, o que torna a leitura fluida e prazerosa. Em poucas páginas é possível saber que você está com um bom livro em mãos.

A introdução pode ser facilmente lida como uma grande aula sobre o processo revolucionário boliviano que ocorreu em 1952, ponto que mostra ser crucial para a escolha

de Che voltar disfarçado ao país 13 anos após a sua primeira visita, levando consigo o passaporte uruguaio com o nome de “Adolfo Mena González” (PERICÁS, 2023, p. 103).

Nas palavras de Che, proferidas em um discurso dez anos após o processo revolucionário de 1952, aquela havia sido “uma revolução burguesa muito tímida, muito debilitada pelas concessões que teve de fazer, (...)” (PERICÁS, 2023, p. 86). A princípio, o plano não era realizar uma revolução na Bolívia em si: o ex-ministro de indústrias de Cuba via aquele país como o território ideal para estabelecer um campo de treinamento internacionalista, com a perspectiva de que insurgentes ali treinados pudessem conduzir guerrilhas em seus próprios países.

A segunda parte do livro levanta questões sobre o Exército de Libertação Nacional, abrangendo características geográficas das regiões percorridas e ocupadas pelo grupo, suas relações com os camponeses locais, a atuação militar e a forma como as Forças Armadas da Bolívia foram uma ferramenta essencial para combater o ELN; e a mitificação, ou até mesmo divinização, da figura de Che Guevara, especialmente na região de Ñancahuazú.

Dando destaque ao quinto capítulo, “Partidos Políticos e Guerrilha”, o autor discorre sobre as relações dos partidos da esquerda boliviana e a maneira como lidavam com a ideia da luta armada, e mostra como a falta de apoio do Partido Comunista da Bolívia (PCB) ao projeto guerrilheiro de Guevara fez com que suas chances de sucesso fossem reduzidas drasticamente.

Ao final, Pericás insere fontes documentais, permitindo o acesso aos registros utilizados na produção do texto, o que para alguns leitores pode ser uma adição valiosa, já que dessa forma permite o estudo da maneira que o autor optou por trabalhar com as fontes em sua pesquisa.

Naturalmente é uma tarefa muito difícil escrever uma resenha em poucas palavras sobre um livro tão abrangente. Um resumo dos capítulos ou comentários sobre passagens específicas do texto não vão oferecer a experiência completa que essa obra literária e historiográfica é capaz alcançar

Em linhas gerais, a obra é bem-organizada e mesmo com toda a sua complexidade e erudição, é possível extrair muito do texto.

Vale pontuar que essa é uma das poucas obras em anos recentes que joga luz sobre a história do Che - principalmente falando de publicações brasileiras -, o que torna o livro ainda mais relevante. Mesmo lançado originalmente há mais de vinte anos, o texto se mantém atual, é capaz de fomentar discussões no âmbito político/militante e acadêmico e segue sendo uma leitura indispensável a quem se interesse pela biografia de Ernesto Guevara de la Serna ou até mesmo como parte imperativa da história contemporânea da América Latina.

Sobre o autor: Luiz Bernardo Pericás é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e tem pós-doutorado em Ciência Política pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), no México e pelo IEB/USP. Também foi professor visitante em universidades da Austrália e dos Estados Unidos. Atualmente é docente nos cursos de graduação e pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

POLÍTICA EDUCACIONAL E CONJUNTURA



Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Por Elza Peixoto

Os censos da educação básica e superior foram divulgados e evidenciam que o volume da demanda pela educação e a importância das escolas para a penetração na vida das comunidades não são desprezados pelos capitalistas de várias cepas, pelo mercado da fé e pelos militares que avançam com unhas e dentes sobre a educação da classe trabalhadora. Só um erro importante de avaliação, portanto, poderia levar os comunistas a desprezarem este movimento!

Nexos entre políticas de emprego e políticas educacionais.

O conjunto das reformas educacionais em curso (Reforma do Ensino Médio, Reforma da formação de professores) e a reforma administrativa (PEC 32, cujo desfecho avizinha-se) são a ponta do Iceberg no agravamento da concentração e centralização das riquezas a serviço do interesse dos capitalistas, e da expulsão da classe trabalhadora em relação ao acesso aos meios de vida (em relações capitalistas, determinadas pelo acesso ao emprego como condição de existência).

O mascaramento dos dados no Brasil di-

ficulta a obtenção de números exatos acerca da precariedade das condições em que a classe trabalhadora acessa o emprego e a renda. No relatório do IPEA (3º Trimestre de 2023) refere-se a uma força de trabalho de 108,6 milhões, com uma taxa de ocupação de 100,3 milhões. O documento anota uma “população em idade ativa, mas que se encontra fora da força de trabalho” que abarca 66,3 milhões de pessoas, sendo 16,6% desta desocupação entre os jovens! Os dados de desemprego do IBGE, entretanto, registram como desempregados (pessoas com mais de 14 anos que estão disponíveis e tentam encontrar trabalho e não conseguem) 8,6 milhões de pessoas, e de desalentados 3,7 milhões, em um total de 12 milhões e 300 mil pessoas.

Os dados sobre os setores que geraram vagas novas durante o período de agosto de 2022 e julho de 2023 evidenciam que a indústria de transformação e a construção civil geraram apenas 289.600 vagas novas, enquanto o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas gerou 302, 6 mil vagas novas no período. A indústria extrativista empregou 14,9 mil trabalhadores. As atividades profissionais, científicas e técnicas, a saúde humana/serviços sociais e a educação empregaram juntas 243,1 mil pessoas.

Estes dados gerais visam despertar a atenção para os nexos entre o tipo de emprego que está sendo gerado na formação social brasileira em relação ao tipo de escolaridade que estas vagas estão demandando. A decisão política sobre o tempo de escolarização responde efetivamente à demanda pela ocupação dos qualificados. Se esta demanda não é significativa, (i) dirige as políticas educacionais em direção à redução das vagas e (ii) pressiona imediatamente o interesse pela educação escolar básica e superior. Por outro lado, os capitalistas sempre disputaram a educação com vistas a uma qualificação pragmática dirigida às funções imediatas esperadas de cada segmento de trabalho.

O tipo de demanda de força de trabalho própria da formação social brasileira (que gera apenas 85.200 mil vagas em atividades profissionais, científicas e técnicas em um período de quase 01 ano), evidencia a decadência da demanda pela força de trabalho qualificada, e a tendência à formação para o trabalho simples já exigida pelo FMI nos anos 1990. O que estamos acompanhando é o desmonte da educação pública de massas e o aprofundamento do dualismo: segmentos de trabalhadores serão formados para parca demanda de trabalho qualificado existente e a massa de trabalhadoras receberá qualificação mínima para o trânsito nas vagas precárias, provisórias, de tempo curto e com remuneração muito baixa.

A base objetiva que está movendo este conjunto de transformações é perceptível na balança comercial. Exportamos o que produzimos, e o que produzimos (e como produzimos) explica onde estamos empregando e qual o tipo de trabalho está sendo exigido. Exportamos majoritariamente (i) produtos agropecuários e extrativistas (não beneficiados) marcados no Brasil pela produção com alto índice de mecanização e de robótica; (ii) e produtos agropecuários e extrativistas beneficiados (do tipo açúcares e melações, óleos combustíveis ou de minerais betuminosos, produtos de ferro ou aço semiacabados, farelos de soja e alimentos para animais, carnes de aves e bovina, ferro gusa e relacionados, celulose, etc.).

Evidencia-se a contradição entre a campanha pela demanda por educação (Todos pela Educação, BNC Formação, BNC Formação de professores) e a educação efetiva-

mente demandada no desenvolvimento das forças produtivas na formação social brasileira. Ocorrendo em um país profundamente dependente de uma divisão internacional do trabalho que nos lega a posição de celeiro do mundo, a batalha travada pelos trabalhadores da educação (pelos estudantes e por famílias de trabalhadores que dela dependem) em defesa da educação pública ocorre em meio de uma campanha difamatória perversa que inclui: estatísticas que apontam o “fracasso” escolar imputado aos professores; expansão do uso das escolas como UPP’s, por meio da militarização; campanha pelo controle da capacidade de formação política dos professores; pressão sobre os professores em direção à responsabilização sobre as verbas que as escolas podem conquistar (via editais – no caso das Universidades; via subordinação ao treinamento para bons resultados na avaliação – como os professores da educação básica).

A concentração e a centralização da riqueza agravam-se com a financeirização da economia. A redução de investimentos em setores produtivos associada à crescente inserção da IA, da informática e da robótica reduzem os postos de trabalho. Políticas de emprego geridas conforme a lógica neoliberal aprofundam a intermitência dos contratos de trabalho e a reforma trabalhista retira direitos trabalhista e rebaixa os salários. Para toda a classe trabalhadora, (i) há dificuldades na venda força de trabalho, devido à escassez de empregos, e, (ii) quando esses trabalhadores encontram postos para trabalhar, recebem salários baixos; (iii) pagam caro pelos meios de vida e ao fim, devem (iv) arcar com os custos de sua qualificação. A situação de retirada de direitos é gravíssima, num processo em que a educação vai sendo transformada em supérfluo e a massa de servidores públicos vê-se espremida pela reforma administrativa que efetivamente avança. A pressão é particularmente importante sobre os trabalhadores da educação em geral e os professores em particular.

Está em curso o desaparecimento de uma categoria profissional que vai sendo substituída por processos de concentração do conhecimento em nuvens controladas pelos grandes capitais que decidem quem terá acesso a que. O desenvolvimento da IA já permite regular a distribuição do conhecimento e controlar a informação (e a formação) que chega a grupos de consumidores. O período da pandemia

aprofundou o desenvolvimento de TIC’s e de IAs pensadas para o ensino e, da mesma forma, de tecnologias de avaliação do conhecimento. Esta estrutura dispensa a escola como aparelho ideológico e move cada vez mais a escola em direção ao aparelho repressivo (a militarização completa um ciclo crescente de encarceramento dos estudantes). Com isso, avoluma-se a violência interna nas escolas, o que justifica a militarização.

Sindicatos, partidos e a mobilização contra o ataque à educação pública:

A vitoriosa campanha do capital para o enfraquecimento dos organismos organizativos da classe trabalhadora (na forma do ataque à estabilidade no emprego, do rebaixamento salarial e do endividamento, que impactou na redução das filiações e por fim, na campanha de difamação dos organismos de esquerda associada à cooptação do organismo a serviço dos interesses do capital) dificulta a mobilização dos trabalhadores. Pressionados em seus locais de trabalho, os professores não encontram o apoio necessário para a organização desta categoria contra os ataques do capital à educação da classe trabalhadora. O ciclo de apassivamento não só conteve as lutas dos trabalhadores da educação, como também dividiu as organizações sindicais e as correntes políticas em relação à melhor estratégia a adotar na conjuntura.

O ciclo de apassivamento (2003-2015) não só conteve as lutas dos trabalhadores da educação, como também dividiu as organizações sindicais e as correntes políticas em relação à melhor estratégia a adotar na atual conjuntura. No meio de todo o debate, encontra-se um certo desprezo pela educação e pela escola. Com isso, as organizações que trabalham pela reorganização da classe trabalhadora brasileira encontram-se desafiadas a ultrapassar a tese do papel secundário da educação para o processo revolucionário.

LEVANTES EM ÁFRICA



Foto: Wikimedia Commons

Por Guilherme Corona

O golpe de Estado no Níger, em 26 de julho de 2023, consolidou uma onda de movimentações militares com caráter anti-Ocidente no Sahel.

A região do Sahel, termo que além de designar um cinturão ecológico, também se refere a um conjunto de países situados ao sul do Saara e ao norte das savanas, presenciou desde 2021 um conjunto de movimentações militares que levaram a frente golpes de Estado, sob a justificativa da deterioração da condição humana e de segurança sob os regimes favoráveis ao Ocidente, em especial EUA e França.

Se a história do colonialismo francês na região é mais conhecida, sendo ela uma das principais potências colonialistas dos séculos XIX e XX, o domínio imperialista dos EUA na região é mais recente, se consolidando principalmente ao cabo das independências dos países africanos e seu atrelamento a política estadunidense, muitas vezes em detrimento da aproximação à URSS, em plena Guerra Fria.

Fosse quem fosse a potência imperialista mais proeminente em África, [a ascensão da Otan](#) no continente já vem se consolidando desde os anos 1950, por

meio da instalação de governos pró-Ocidente na região. Contudo, a primeira grande operação da Otan em África foi o bombardeio na Líbia, um elemento importante para consolidar a visão de uma Otan global. Mas, desde tempos anteriores já era comum que as potências imperialistas fizessem destacamentos militares para atuar no continente, seja em nome da democracia liberal ou do combate ao terrorismo.

A atuação militar na região do Sahel, principalmente francesa, longe de obter avanços na situação de segurança dos países africanos, deixou uma grande trilha de mortos, combinados com a fome e o subdesenvolvimento econômico. Enquanto o grande capital imperialista penetra e sangra as economias africanas, há pouco ou nenhum retorno social e programas de desenvolvimento planejados para o continente.

E as recentes movimentações militares no Sahel devem muito a esse cenário. Com países devastados pela miséria (o Níger figura reiteradamente entre os países mais pobres do mundo) e pela guerra civil contra os jihadistas, os governos de Mali,

Burkina Faso e Níger tiveram a retirada das tropas francesas na região como pauta. E até o fim deste ano o governo francês deve retirar integralmente as tropas do Sahel.

Não é de se estranhar, então, que as demonstrações de rua nesses países tenham apresentado uma rejeição aos países ocidentais, destruindo seus símbolos e atacando suas representações, como as embaixadas francesas. Enquanto por outro lado conclamam o apoio russo, e do grupo Wagner, para estabilizar a situação de segurança e garantir certa independência na política internacional.

E mesmo com a retirada voluntária das tropas francesas do Níger, o governo não deixou de encontrar resistência militar, se não real, pelo menos proclamada. Como se vê nas declarações da ECOWAS (grupo econômico de países do Oeste africano) de intervenção militar no Níger, que ficaram em suspenso após o estacionamento de tropas de Burkina Faso no país, por meios de aviões Super Tucano (de fabricação brasileira).

Se definitivamente ainda é cedo para dizer as potencialidades e limites dos novos governos militares do Sahel (ainda mais com a pequena quantidade de informação disponível), é possível afirmar que eles dificultam a hegemonia da Otan da região, modificando o tabuleiro militar e econômico da África e colocando mais uma fratura no domínio estadunidense. Ainda assim, nem todo inimigo do meu inimigo é meu amigo.

BRUCE-LEE NAS TELAS E NOS CORAÇÕES DA BAHIA



Foto: Google Arts & Culture

Por *Giovani Damico*

O ícone da luta anticolonial está de volta na cena cultural brasileira e baiana. Estas foram presenteadas com cópias remasterizadas dos filmes clássicos de Bruce-lee, como "Fist of Fury" (Fúria do Dragão), o Vôo do Dragão e Jogo da Morte. Entre gritos e grunhidos característicos até seus chutes espetaculares, os filmes marcaram toda uma geração, com a mensagem de que a luta pode sim libertar um povo. Rapidamente a produção de Lee virou representante dos sentimentos dos povos humilhados, mudando o papel não somente do povo chinês, mas de todos os asiáticos, rompendo com estigmas como "povo doente da Ásia", inculcados pelo colonialismo europeu e japonês. Não à toa, tais produções fizeram sucesso em nosso país e, ainda que não tenham alçado uma cena "mainstream" tais produções ganharam os corações de diversos brasileiros. Em terras baianas, desde os anos 70, as obras inspiraram mestres capoeiristas e facilmente pode-se traçar semelhanças com as representações da capoeira.

O ator e lutador Lee, embora nascido nos EUA, tinha família em Hong

Kong, onde foi criado, num contexto em que a cidade era dominada pela Grã-Bretanha, ao passo que a China continental se libertava. Em 1981, nos Cadernos do Terceiro Mundo, o moçambicano Sol Carvalho, ressaltou como os primeiros anos de carreira de Lee Jun-fan (que viria a se tornar Bruce Lee) foram marcados por um apagamento no interior da indústria cinematográfica americana. Lee apesar de ter despontado muito cedo como um exímio lutador e ator, encontrou muitas portas fechadas, sendo aceito apenas como treinador de atores americanos brancos de renome na época.

"Tranquilo e Imbatível como Bruce Lee, virá que eu vi (Caetano Veloso)".

O chamado "Cinema de Kung Fu" certamente teve Lee como figura central. Para além de todas as suas características que o destacavam, suas exímias habilidades marciais e grandes capacidades de ainda muito jovem e sem recursos, inovar e criar um gêne-

ro de atuação próprio, através do qual dizia com o corpo, em alto e bom som, que o terceiro mundo existe e não será esmagado tão facilmente! Lee conseguiu, portanto, transcender a fronteira de seu corpo e de suas artes marciais e cênicas, tornando-se um ativo personagem político. Não à toa, sua produção rapidamente chegou até Mao Zedong (ou Mao Tse-tung, então presidente da China), que o exaltou como um Herói do povo chinês e recomendou a difusão de sua obra na China revolucionária.

Isolada da China continental, a ilha de Hong Kong, ainda sob domínio imperialista e neocolonial, funcionava como uma espécie de "ponte" entre a China e o mundo capitalista. Foi nessa Hong Kong dominada, onde Lee trouxe o retrato de uma Xangai dominada, dos povos chineses espalhados pelo mundo, quotidianamente humilhados, e deixou a mensagem aos povos subjugados "o jeito do dragão", ou melhor dizendo, a realidade a partir dos olhos do terceiro mundo, contra a dominação neocolonial.

Cinco décadas após sua misteriosa morte, Lee retornou às telas das salas de arte baianas. Após rever "A Fúria do Dragão" na Sala de Arte da UFBA, com a luta de libertação de Shangai, alguns questionamentos me ocorreram, um sentimento de que aquele trabalho iniciado por seus esforços ainda teria muitos frutos a serem semeados e terreno fértil a ser ocupado. No Brasil, começamos a observar a existência de obras como "Uma História de Amor e Fúria", "Bacurau" e mais recentemente "Cangaço Novo" e "Cidade Invisível", que com todos seus limites, buscam reposicionar as narrativas sobre o Brasil. É latente o espaço de contradições a ser explorado no interior dos meios de cultura, seja ele no cinema, na literatura e nas artes em geral, em nossa sociedade, sobretudo nessa era de radicalização da barbárie capitalista. Povos do Brasil e da China, com sua tradição de luta, têm ainda muitos movimentos de Kung Fu e Capoeira a serem realizados para despertar este espírito de libertação plena em nosso país e no mundo.

Referências:

1. O Cinema Kung-Fu: Alienação ou Anticolonialismo? Cadernos Terceiro Mundo, nr. 32, 1981. Autor: Sol Carvalho - Redator da Revista Tempo de Moçambique.

2. China Daily (Diário do Povo): chinadaily.com.cn/life/2010-12/17/content_11716141.htm

3. Autor: Raymond Zhou

FEIRAS LITERÁRIAS NA BAHIA



Foto: Flica 2023

Por João Pedro Oliveira

As feiras literárias na Bahia oferecem uma rica experiência cultural, reunindo amantes da literatura, escritores talentosos e entusiastas das palavras em várias cidades encantadoras. Estes eventos não apenas celebram a riqueza da literatura, mas também promovem a leitura, estimulam o diálogo intelectual e homenageiam a diversidade literária da região. Abaixo, listaremos alguns

1. Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA)

Localizada na pitoresca cidade de Cachoeira, a Flica é uma festa literária que atrai pessoas de todo o país. Rodeada pela arquitetura colonial e banhada pelo Rio Paraguaçu, a eira proporciona um ambiente inspirador para debates literários, leituras, exposições e performances artísticas. É uma verdadeira celebração da literatura em um cenário histórico e se destaca como um espaço onde a leitura é celebrada de maneira acessível e inclusiva.

2. Feira Literária de Canudos (Flican)

A Feira Literária de Canudos é uma grande homenagem ao autor Euclides da Cunha e uma oportunidade para os visitantes explorarem a cultura e a literatura locais. Situada em Canudos, ela mergulha os participantes na riqueza das histórias regionais e oferece um vislumbre de algumas tradições literárias que moldaram a Bahia.

A quarta edição da feira, que é desde o princípio uma iniciativa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), promoverá eventos em locais emblemáticos da história e da cultura do Brasil, como o Parque Estadual de Canudos, o Memorial Antônio Conselheiro, o Museu João de Régis, o Museu Manoel Travessa, o Mirante do Conselheiro e o Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC), com a colaboração especial das escolas municipais.

3. Feira Literária de Lençóis (Fli Lençóis)

Na cidade de Lençóis, a Feira Literária oferece um lugar íntimo para os participantes. Com destaque para autores locais e lançamentos de livros, esta feira proporciona um ambiente acolhedor para os amantes da literatura se conectarem com escritores e com suas obras de forma pessoal e significa-

tiva.

A Fli Lençóis tem como objetivo fortalecer a rica cena cultural e literária de Lençóis, um local repleto de talentos nas artes da prosa e poesia. Com eventos espalhados pelo Palco Gagum/Mercado Cultural, FliArena, Flizinha, Flicine, Coreto das Letras e Fli nas Escolas, a FliCultura Lençóis busca promover e celebrar as diversas expressões literárias da Bahia e afrodiáspóricas no geral.

4. Feira Literária de Mucugê (Fligê)

A Feira Literária de Mucugê (Fligê), que se tornou uma importante referência no cenário cultural nacional, acontecerá na cidade que carrega em seu nome, localizada em meio às deslumbrantes paisagens da Chapada Diamantina. Desde sua estreia em 2016, o evento não apenas cresceu em escala, mesmo após um intervalo de dois anos devido à pandemia de covid-19, como demonstrou mais uma vez sua habilidade em criar um ambiente propício para discussões qualificadas sobre a literatura brasileira.

O homenageado deste ano foi o compositor José Carlos Capinan, cuja trajetória está intrinsecamente ligada ao movimento tropicalista. Capinan é colaborador na criação de canções junto a artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Jards Macalé, Edu Lobo, Paulinho da Viola, João Bosco, Francis Hime, Gereba, Torquato Neto e Zé Ramalho, entre outros. Além disso, ele é autor de nove obras, incluindo títulos como "Confissões de Narciso", "Terra à Vista", "Inquisitorial", "Vinte Canções de Amor", "Um Poema Quase Desesperado", nas quais compartilha detalhes dos bastidores do processo criativo por trás de várias músicas da Música Popular Brasileira (MPB).

Em todas essas feiras literárias, os participantes são imersos em um mundo de palavras, ideias e imaginação. Elas não apenas enriquecem o cenário cultural da Bahia, mas também inspiram gerações, promovendo a paixão pela leitura e estimulando o amor pela escrita em todos os cantos do estado. Cada evento é uma celebração única da diversidade literária que torna a Bahia um tesouro cultural inestimável.

NEIDE DOS SANTOS



Por Bernardo Ramos

Assassinada aos 31 anos, Neide Alves dos Santos foi uma das militantes comunistas mortas pela ação dos órgãos de repressão da ditadura burgo-militar contra aqueles que se opunham e resistiam ao regime em curso.

Segundo os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, Neide nasceu no Rio de Janeiro em 1944 e, à época de sua militância no PCB do início dos anos 70, viveu na zona oeste de São Paulo, cidade na qual trabalhou por um tempo no caixa de um supermercado. Enquanto um quadro orgânico do partido, ela se destacou nas ações de agitação e propaganda, sobretudo na divulgação do jornal mensal "Voz Operária", sob o codinome Lucia, até que a perseguição do Estado interrompeu sua atuação.

Durante os vinte e um anos de ditadura, o PCB atuou na clandestinidade, ainda que

mantivesse influência na oposição legislativa aos militares. Um dos principais meios que se utilizava para agitar e organizar a classe trabalhadora contra o regime era o jornal "Voz Operária". O periódico, que voltou à circulação no lugar do "Novos Rumos", extinto após o golpe de 1964, também serviu como via de denúncia da barbárie que o Estado dirigia contra estudantes e trabalhadores, sobretudo àqueles organizados em movimentos e sindicatos.

Na década de 70, entretanto, houve numerosas baixas no PCB devido ao processo de intensa repressão aos movimentos de oposição à ditadura, o que teve tanto motivações ideológicas quanto pragmáticas. O membro do órgão central do partido Hiran de Lima Pereira, por exemplo, que participava na construção do periódico ao lado de Neide, desapareceu no início de 1975, em meio à tendência de assassinatos de militantes. Tal cenário resultou do

posicionamento do governo brasileiro frente ao conflito entre países socialistas e potências imperialistas, a assim chamada Guerra Fria, e da ameaça que os comunistas do partido e de outras organizações de luta representavam ao regime militar, apesar desta já se encontrar enfraquecida no período em questão.

Em meio a essas agitações políticas e sociais pós-64, o partido se tornou o alvo central da repressão e, com isso, muitos militantes foram perseguidos, presos, torturados e assassinados. Alguns se exilaram em outros países, enquanto outros tornaram-se desaparecidos políticos ou morreram violentamente, como a camarada Neide Alves dos Santos.

Entre 1973 e 1976, o CIE (Centro de Informações do Exército), junto aos DOI-CODI (órgãos de repressão subordinados ao exército), organizou a Operação Radar a fim de neutralizar o Partido Comunista Brasileiro nacionalmente. Tal investida sistemática, que representou um dos períodos mais brutais para os comunistas no Brasil, ocorreu na transição do governo Médici para a gestão de Ernesto Geisel.

Em 1975, Neide dos Santos foi constantemente vigiada e investigada pela Operação Radar, passou por prisões violentas e, por fim, faleceu em janeiro de 1976 no Pronto-socorro do Tatuapé-SP, após ser torturada. Para ocultar o homicídio, os militares articularam a fraude de um laudo médico que declarava que ela havia se suicidado. Na esteira de outros absurdos da ditadura, podemos dizer que tal prática era comum à época, sobretudo após as retaliações à encenação esdrúxula em torno da morte do jornalista Vladimir Herzog, outro militante do partido assassinado no ano anterior.

Após mais de trinta anos desde o fim da ditadura, mantemos na memória o legado de Neide Alves dos Santos e de outros camaradas torturados e assassinados durante o regime militar na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Referências:

1. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

2. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

3. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)